

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

Despacho n.º 104/2006 (2.ª série). — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10 847/2005 (2.ª série), de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, e ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 e no n.º 4 do artigo 7.º do Estatuto do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 247/85, de 12 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 58/86, de 20 de Março, nomeio, por indicação da Ministra da Educação, a licenciada Alexandra Figueiredo, como sua representante no conselho de administração do IEFP, em substituição da licenciada Maria da Conceição Vaz Barroso Carloto Caldeira.

5 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 105/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 15 de Dezembro de 2005, proferido no uso de competência delegada, autorizei, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, a reclassificação profissional do licenciado António Crisóstomo Fernandes, escrivão-adjunto do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça, na categoria de consultor jurídico de 2.ª classe, da carreira de consultor jurídico, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, considerando-se exonerado da categoria anterior. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Dezembro de 2005. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Jorge Gouveia*.

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Despacho (extracto) n.º 106/2006 (2.ª série). — Por despacho da provedora da Casa Pia de Lisboa, I. P., de 15 de Dezembro de 2005:

Deolinda Amélia Amaral Gomes Fernandes — nomeada assistente administrativa, em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, *Álvaro Eduardo da Costa Amaral*.

Despacho (extracto) n.º 107/2006 (2.ª série). — Por despacho da provedora da Casa Pia de Lisboa, I. P., de 15 de Dezembro de 2005:

Albertina Miranda Oliveira Maato — nomeada assistente administrativa, em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, *Álvaro Eduardo da Costa Amaral*.

Despacho (extracto) n.º 108/2006 (2.ª série). — Por despacho da provedora da Casa Pia de Lisboa, I. P., de 15 de Dezembro de 2005:

Eugénia Maria Vieira Lourenço — nomeada assistente de acção educativa, em regime de comissão de serviço extraordinária, ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, *Álvaro Eduardo da Costa Amaral*.

Instituto para a Qualidade na Formação, I. P.

Despacho n.º 109/2006 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Dezembro de 2005 do conselho directivo do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P.:

Zelinda Isabel Jorge Cardoso e Elsa Clara dos Santos Caramujo — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, na categoria de

técnico superior de 2.ª, escalão 1, índice 400, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal deste Instituto, a partir da respectiva data de publicação.

Foi obtida confirmação de cabimento prévio da Direcção-Geral do Orçamento, 10.ª Delegação, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Dezembro de 2005. — O Vogal do Conselho Directivo, *Alfredo Barreiros da Silva*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viana do Castelo

Aviso n.º 23/2006 (2.ª série). — Por despachos de 22 de Novembro de 2004 do vereador de recursos humanos da Câmara Municipal de Lisboa e de 30 de Novembro de 2005 do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., proferido por delegação:

Odete Maria Teopisto Nogueira, técnica superior principal de serviço social do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Lisboa — transferida com a mesma categoria para o quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, a afectar ao Centro Distrital de Segurança Social de Viana do Castelo, com efeitos reportados a 12 de Dezembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2005. — O Director, *António Manuel Pereira Correia*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Algarve

Sub-Região de Saúde de Faro

Aviso n.º 24/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Algarve de 15 de Novembro de 2005:

Maria Filomena Costa Horta Correia, médica assistente graduada da carreira médica de saúde pública do quadro de pessoal do Centro de Saúde de São Brás de Alportel, Sub-Região de Saúde de Faro — autorizado o pedido de equiparação a bolsheiro sem regime parcial para frequência de aulas nas quintas-feiras e sextas-feiras, uma vez por mês, com início a 13 de Outubro de 2005 e termo no final do período lectivo, devendo cumprir vinte horas semanais nesses períodos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2005. — A Coordenadora, *Lurdes Guerreiro*.

Direcção-Geral da Saúde

Hospital de Magalhães Lemos

Aviso n.º 25/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Magalhães Lemos de 23 de Novembro de 2005, faz-se público que, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso, concurso interno de geral de acesso para provimento de um lugar na categoria de electricista principal, da carreira de pessoal operário altamente qualificado, do quadro de pessoal deste Hospital aprovado pela Portaria n.º 935/94, de 21 de Outubro, e alterado pelas Portarias n.ºs 270/99, de 13 de Abril, e 1374/2002, de 22 de Outubro.

1 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Portaria n.º 807/99, de 21 de Setembro, e Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro.

2 — Em conformidade com o n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, foi expressamente declarada pelo dirigente máximo deste Hospital a existência de cabimentação orçamental dos encargos inerentes ao presente concurso.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para o lugar referido e caduca com o seu preenchimento.

4 — Vencimento — o vencimento é o correspondente à estrutura indiciária constante no mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro.

5 — Conteúdo funcional — as funções a desempenhar são as constantes no n.º 5.º da Portaria n.º 807/99, de 21 de Setembro

6 — Local de trabalho — na área assistencial do Hospital de Magalhães Lemos, Porto.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Requisitos gerais — os requisitos gerais de admissão ao concurso são os previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

7.2 — Requisitos especiais — são requisitos especiais os enunciados no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro.

8 — Métodos de selecção — a selecção será feita mediante entrevista profissional e avaliação curricular.

8.1 — Na avaliação curricular serão ponderados os seguintes factores: a habilitação académica de base, a experiência profissional e a formação relacionada com a área funcional e a classificação de serviço na sua expressão quantitativa.

9 — A classificação final resultará da média aritmética obtida numa escala de 0 a 20.

10 — Apresentação das candidaturas:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, nos moldes legais, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital de Magalhães Lemos, Rua do Professor Alvaro Rodrigues, 4149-003 Porto, e entregue no Serviço de Pessoal deste Hospital, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

10.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, termo da respectiva validade e serviço emissor, situação militar, quando for caso disso, residência, código postal, número de telefone e número de contribuinte);
- b) Habilitações literárias;
- c) Situação profissional;
- d) Identificação do concurso a que se candidata;
- e) Indicação dos documentos que instruem o requerimento;
- f) Quaisquer outros elementos que os candidatos julguem relevantes para a apreciação do seu mérito.

10.3 — Os requerimentos de admissão serão acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo das habilitações literárias;
- b) Declaração, emitida pelo serviço a que o candidato pertence, da qual conste a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço (expressão quantitativa) nos últimos três anos;
- d) *Curriculum vitae* (três exemplares).

11 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

12 — Composição do júri:

Presidente — Serafim Emanuel Bento da Silva Moura, técnico profissional principal, Hospital de Magalhães Lemos.
Vogais efectivos:

Alberto Oliveira Queiroz, electricista geral, SUCH.
Paulo César Oliveira Lage Queiroz, electricista geral, SUCH.

Vogais suplentes:

Ricardo Nuno Rodrigues Martins Ferreira, electricista geral, SUCH.
Hugo Miguel Oliveira Lage Queiroz, electricista geral, SUCH.

13 — O presidente do júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo 1.º vogal efectivo.

14 — Menção a que alude o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

12 de Dezembro de 2005. — O Vogal Executivo, *Nuno Valença Pinto Ferreira*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 110/2006 (2.ª série). — Considerando a necessidade de assegurar o exercício das funções correspondentes ao cargo de director regional de educação-adjunto do Alentejo e tendo em conta a relevante experiência e o perfil profissional evidenciados no currículo do licenciado Carlos António Couraça Calhau, anexo ao presente despacho:

1 — Assim, nos termos das disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.º 1 e 2 do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, nomeio o licenciado Carlos António Couraça Calhau, professor do quadro de nomeação definitiva da Escola dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico de Moura, para exercer, em regime de substituição, as funções de director regional de educação-adjunto da Direcção Regional de Educação do Alentejo.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 7 de Dezembro de 2005.

14 de Dezembro de 2005. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

Curriculum vitae

Nome: Carlos António Couraça Calhau.

Experiência profissional:

Professor do quadro de nomeação definitiva do 5.º grupo na Escola EB 2, 3 de Moura;
Presidente do conselho directivo (EB 2, 3 de Moura no biénio 1996-1998);
Presidente da comissão executiva instaladora (EB 2, 3 de Moura, no ano lectivo de 1998-1999);
Presidente do conselho executivo (EB 2, 3 de Moura, no triénio compreendido entre 1999 e 2002);
Eleito presidente da comissão executiva instaladora do Agrupamento Vertical de Moura para o ano lectivo de 2002-2003;
Eleito presidente do conselho executivo do Agrupamento Vertical de Moura para o triénio de 2003-2006;
Presidente do conselho pedagógico (EB 2, 3 de Moura, no período compreendido entre 1996 e 2001);
Presidente do conselho pedagógico do Agrupamento Vertical de Moura, a partir de 2002 até à presente data;
Presidente do conselho administrativo (EB 2, 3 de Moura, no período compreendido entre 1996 e a presente data);
Membro da comissão pedagógica do Centro de Formação de Serpa, Moura e Barrancos;
Formador registado pelo conselho científico-pedagógico da formação contínua nas seguintes áreas e domínios:
Didácticas Específicas (Educação Visual e Tecnológica);
Procedimento Administrativo.

Formação académica:

Licenciatura em Ensino de Educação Visual;
Curso de estudos superiores especializados em Administração e Gestão Escolar;
Pós-graduação em Administração e Gestão Escolar;
Mestrando em Administração e Gestão Escolar.

Outra formação:

Curso de valorização técnica orientada para a administração escolar — INA/DGAE.

Outras considerações:

Cooperante com a Escola Superior de Educação de Beja no campo da prática pedagógica, no ano lectivo de 1990-1991;
Menção honrosa atribuída pela Direcção-Geral das Florestas e pela Universidade de Aveiro relativa ao Projecto Floresta em Movimento;
Integrou o comissariado autónomo dos I e II Jogos Culturais do Concelho de Ferreira do Alentejo;
Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, no período compreendido entre 1989 e 1997;
Membro da Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo, no período compreendido entre 1989 e 1997;
Vereador na Câmara Municipal de Moura, no mandato de 2001-2005;
Vereador da Câmara Municipal de Moura, no presente mandato.